

Senado aprova MP 77 e desobstrui pauta

De Brasília

O governo conseguiu destrancar ontem a pauta do Senado Federal e avançar nas votações. Apesar de os oposicionistas terem medido forças com os governistas e conseguido adiar de quarta para ontem a votação da Medida Provisória 77, que trata do financiamento da dívida de pequenos agricultores, a pauta foi desobstruída e dezenas de projetos aprovados, entre eles esta própria MP e a indicação dos três novos diretores do Banco Central e dos embaixadores nomeados pelo novo governo. Foram quase cinco horas de votação em plenário. Somente ao final da ordem do dia é que foi eleito o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa.

OPFL e o PSDB ainda tentaram criar dificuldades para a aprovação da MP 77, que trancava a pauta, ao apresentarem cinco destaques para votação em separado de emendas que tratavam do refinanciamento de dívidas feitas

com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Por ironia, as emendas tinham sido apresentadas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). O governo havia fechado um acordo afirmando que esse e outros temas sobre dívidas de pequenos agricultores serão tratados em outra medida provisória a ser editada em no máximo 30 dias. No entanto, pefelistas e tucanos aproveitaram as circunstâncias para provocar o PT.

"São emendas da ilustre e combativa senadora do PT", alfinetou o líder do PSDB, Arthur Virgílio. Para evitar um novo adiamento das votações e a paralisia do Senado, a senadora Heloísa Helena se viu obrigada a retirar todas as emendas de sua autoria. O PMDB mudou completamente o comportamento ontem em plenário e deixou de criar dificuldades para o governo. "O PMDB aprova o acordo e tem profunda convicção de que em 30 dias será editada nova medida provisória para resolver-

mos os problemas pendentes", disse o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).

A MP 77 prevê a renegociação de dívidas de até R\$ 15 mil, feitas com recursos dos fundos de constitucionais. O prazo para repactuação vence no dia 31 de março. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), comprometeu-se a editar medida provisória antes desse prazo, contemplando outras questões pendentes. Uma delas é a individualização das dívidas dos agricultores. Muitas vezes o financiamento é feito em nome de uma única cooperativa ou pessoa jurídica, mas beneficia vários pequenos agricultores. Uma exigência do setor é que isso seja individualizado, para facilitar a quitação do débito. O governo também vai criar uma comissão para analisar as dívidas do chamado Pesa, que engloba refinanciamento de dívidas não securitizadas, acima de R\$ 200 mil.

Já a situação na Câmara continua complicada e a pauta trancada. Nada foi votado durante

toda esta semana. O governo não conseguiu ontem avançar na votação da Medida Provisória 79, que trata da fiscalização dos clubes de futebol. Apesar de os partidos terem fechado um acordo, o relator da MP, Gervásio Silva (PFL-SC), surpreendeu ao ler em plenário um texto diferente, em que encaixou várias exigências de seu partido, entre elas uma espécie de Lei Rouanet para o esporte, que prevê incentivos fiscais para os empresários que investirem no setor.

A manobra do PFL irritou o líder do governo, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que pediu adiamento da votação para terça-feira. Rebelo não acredita que o gesto do PFL seja uma forma de pressionar o governo a elaborar uma medida provisória para reabertura dos prazos de adesão ao Refis (programa de recuperação fiscal das empresas). Esse caso, segundo ele, está sendo negociado pela Casa Civil e não pode ter relações com as votações no Congresso. (MLD)